

HABEAS CORPUS Nº 533.079 - MG (2019/0273605-3)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : JANE CELESTE BARTH
ADVOGADO : JANE CELESTE BARTH - SC034380
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GEDVALDO GONZAGA COSTA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de GEDVALDO GONZAGA COSTA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 28):

HABEAS CORPUS – SALVO CONDUTO – TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. Inviável em sede de habeas corpus a análise de provas de autoria por depender de aprofundado exame dos elementos de convicção constantes nos autos.

Estando a decisão devidamente fundamentada, e demonstrando presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, não há que se falar em reforma, vez que a prisão cautelar foi realizada nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal. A condição pessoal favorável do paciente não impede, por si, a decretação da prisão preventiva, tão pouco confere ao paciente o direito subjetivo à concessão de liberdade provisória.

Consta dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35, c/c art. 40, inc. V, todos do Código Penal.

A impetrante argumenta que os indícios de autoria quanto ao paciente são frágeis e que a decisão de prisão carece de fundamentação idônea, sustentando que o paciente não foi preso em flagrante, bem como que não era o motorista do caminhão no qual foi apreendida a droga. Alega que não estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP e aponta violação dos princípios da presunção da inocência e da dignidade da pessoa humana. Requer a concessão da ordem para revogação da prisão preventiva.

Indeferida a liminar (fls. 103/105) e prestadas as informações (fls. 108/129), manifestou-se o *Parquet* pelo não conhecimento do pedido ou pela denegação da ordem (fls. 133/138).

Na origem, o Processo n. 0037041-20.2018.8.13.0620 encontra-se na

Superior Tribunal de Justiça

fase citação do réu por edital, tendo sido indeferido pedido de revogação da prisão, em 23/7/2019, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 2/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Inicialmente, cabe salientar que não se permite a produção de provas no procedimento do *habeas corpus*, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano. Por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Posto isso, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

No caso, a decisão de prisão preventiva, transcrita parcialmente no acórdão impugnado, restou assim fundamentada (fls. 31/32):

“[...] Os indícios de autoria e prova da materialidade foram analisados nas decisões primevas (fl. 76 e 87/88).

Contra o requerente pesa acusação – baseada em indícios de autoria e prova da materialidade – **por crime não só grave em abstrato, mas também em concreto, haja vista ter sido cometido com razoável estrutura humana e material e envolver quantidade exorbitante de entorpecente.**

Acresça-se que, malgrado possa ter residência e labor fixos no distrito da culpa, o requerente **já ostenta condenação por crime idêntico (fl. 123/verso), antecedente que, aliado a eventual condenação neste processo, o tornará reincidente específico.**

O crime de que é acusado tem pena mínima cominada superior a quatro anos.

Portanto, o **contexto apresentado não autoriza resposta ele o processo em liberdade, pois não é improvável a recidiva – haja vista os antecedentes** -, sendo possível que sequer a ele se submeta, pois alegadamente reside fora do distrito da culpa, estando sim em risco a ordem pública e a eficácia da aplicação da lei penal.

Não verifico, à vista desse contexto, possa o acusado se submeter a medida cautelar mais branda.

No mais, a prisão, no caso, está de acordo com o artigo 313, I e II, do Código de Processo Penal, concorrendo, neste caso, as circunstâncias insertas nos dois incisos do dispositivo.(...)” (fl. 30/31 do doc. único) [...].

Como já adiantado em sede liminar, o decreto prisional tem fundamento que se considera válido, pois evidencia a gravidade do crime em razão da elevada quantidade de droga apreendida (110 kg de maconha – fl. 40), bem como o risco de reiteração criminosa, haja vista que o paciente já ostenta

Superior Tribunal de Justiça

condenação pelo crime de tráfico de drogas.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Esta Corte também tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. A propósito: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator